

Paper do NAEA Volume 28

Território do desenvolvimento regional amazônico

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹



RESUMO

O presente trabalho problematiza a relação existente entre a necessidade de se repensar o território do planejamento de desenvolvimento regional amazônico, que está fundamentado em pressupostos teórico-metodológicos advindos da ciência moderna e na construção de projetos alternativos de desenvolvimento edificados em bases comunitárias, considerando os espaços físicos, onde sujeitos locais reproduzem seus cotidianos. Assim, objetivamos contribuir com os debates acerca do desenvolvimento regional a partir da consideração do que denominamos de “território-rizoma”. O trabalho tem um caráter qualitativo, bibliográfico e exploratório, cuja técnica de discussão de dados pautou-se na análise de conteúdo e os resultados demonstraram que o planejamento regional amazônico deve ser pensado considerando os territórios endógenos locais.

Palavras-chave: Ciência Moderna. “Território-rizoma”. Desenvolvimento de base comunitária.

¹ Doutorando UFPa - fpsdiniz@gmail.com.

ABSTRACT

The present article discusses the relationship between the necessity of rethinking about the Amazonian regional, development planning that is based on theoretical-methodological assumptions arising from modern science and the construction of alternative development projects built on community bases considering the physical spaces, where local subjects reproduce their daily lives. Thus, we aim to contribute to the debates about regional development from the consideration of what we call “rhizome-territory”. The work has a qualitative, bibliographic and exploratory character, whose data discussion technique is based on content analysis and the results shows that the Amazonian regional planning should be envisioned considering the local endogenous territories.

Keywords: Modern Science. “Rhizome-territory”. Community based development.

.

INTRODUÇÃO

Iniciamos a reflexão afirmando que o termo território, na ciência geográfica, sempre esteve ligado à ideia de posse, domínio e controle de solos. De acordo com Souza (2009, p. 78), “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. O território pode ser entendido pela perspectiva integradora, ou seja, quando considera as condicionantes materialistas (naturais, econômicas, jurídico-políticas) e idealistas (integradora e relacional) vinculadas sempre aos processos de desterritorialização que, para Haesbaert (2011, p. 337-338), não necessariamente têm a ver com a perda ou fim de um território, mas com a coexistência de múltiplas territorialidades² edificadas em redes difusas e integradas. Contudo, para efeito deste estudo, o território é considerado como estratégia de dominação espacial, que emana de campos teóricos, filosóficos e técnicos, operacionalizada pelo exercício de políticas públicas de desenvolvimento regional.

O território, neste trabalho, adquire um sentido metafórico quando o associamos à dominação teórica – no plano de investigações fenomênicas expressas pela racionalidade, rigor científico e menosprezo por outras expressões de conhecimentos – e espacial – quando efetivado em espaços projetados, concebidos hierarquicamente como instrumentalização de técnicas de planejamento e administração advindas do plano da abstração matemática imposta pelo modelo de Ciência Moderna³.

Assim, quando analisamos as ações de órgãos de planejamento de desenvolvimento regional no contexto amazônico, conjecturamos que seus fundamentos baseiam-se em orientações cartesianas emanadas da Ciência Moderna, especialmente por tratarem a natureza como máquina e entender o espaço social como vazio. Contudo, propomos a possibilidade de realização de planejamento regional a partir da metáfora “território-rizoma⁴” direcionada a comunidades que reproduzem seus cotidianos a partir da apropriação e uso da natureza.

O trabalho tem um caráter qualitativo, bibliográfico, baseado numa análise exploratória e apontamos para a possibilidade de ser pensar o planejamento regional amazônico a partir da consideração de “territórios-rizomáticos”⁵ de caráter endógeno comunitário e socioespacial locais.

2 Para Haesbaert (2011), a animação, uso, apropriação e controle de territórios representam um conjunto de estratégias (políticas, econômicas, culturais etc.) que determinados grupos criam e desenvolvem para assegurarem a defesa e posse de determinadas áreas.

3 Para Capra (1988), a ciência moderna erigida pelo Renascimento Comercial Europeu, pela construção de leis matemáticas e edificação de um ideal burguês de sociedade e ciência é marcada pelo tecnicismo, razão instrumental, reprodução modelística de sociedade e natureza, edificação de leis universais, racionalismo cartesiano e abstração fenomênica.

4 Segundo Deleuze e Guattari (1995), o termo rizoma é originariamente advindo da botânica e representaria raízes que cresceriam de forma subterrânea e em sentido horizontal. Porém, na perspectiva filosófica dos autores, o rizoma expressaria uma metáfora direcionada à crítica à árvore do conhecimento imposta pela Ciência Moderna, na qual a física e a matemática seriam preponderantes em análises de fenômenos sociais e naturais e as demais expressões de conhecimentos representariam as ramificações da base científica euro-ocidental cartesiana.

5 De acordo com Diniz (2002), os territórios-rizomáticos representam uma metáfora expressiva de saberes, práticas de trabalho e socioespaciais tecidas em redes vinculadas à apropriação da natureza.

OTERRITÓRIO DA CIÊNCIA OCIDENTAL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A razão instrumental que emana da Ciência Moderna, Segundo Santos (2009, p.61), expressa em um território feições técnica, teórica e prática, que buscou, ao longo de séculos, construir um método científico que se tornasse dominante, capaz de definir verdades que se tornassem absolutas e determinar relações científicas que separassem o sujeito do objeto investigado pelo princípio da neutralidade científica, desqualificando outros discursos que não fossem os testados e validados por ela mesma.

A ciência dominante, legitimada ao longo de séculos, criou princípios teóricos, metodológicos e filosóficos constituídos a partir da lógica matemática, com a definição de leis universais e reprodução de modelos para serem replicados e testados em laboratórios. De acordo com Capra (2006), Descartes, ao separar a mente, ou coisa pensante (*res cogitans*), da matéria, ou coisa pensada (*res extensa*), contribuiu para a imposição do racionalismo, questionando o funcionamento das coisas até que almejasse verdades tidas como absolutas.

Para Descartes, o universo material era uma máquina, nada além de uma máquina. Não havia propósito, vida ou espiritualidade na matéria. A natureza funcionava de acordo com leis mecânicas, e tudo no mundo material poderia ser explicado em função da organização e do movimento de suas partes. Esse quadro mecânico da natureza tornou-se o paradigma dominante da ciência... (CAPRA, 2006, p.57).

De acordo com o exposto por Capra, os fenômenos socionaturais comporiam uma grande máquina formada por engrenagens a serem controladas, descritas e mensuradas. Corroborando com a crítica à razão instrumental da ciência dominante, Deleuze e Guattari (1997, p. 35) discutem que a ciência de Estado é normativa, reguladora e controladora. Segundo eles, ela prima pelas formas, extraíndo variáveis de constâncias, atuando no centro e não se preocupando com as bordas e sobras, fazendo um movimento não inovativo, percorrendo canais, espaços duros e lineares, sem provocar erosões, preenchendo e ocupando casas, enfatizando a previsibilidade em percursos, valorando os espaços identificados pelo visual, pelo observável, pela leitura não cartografada de processos singulares, indo de um ponto a outro sem invenção e percorrendo espaços de forma sempre fria e com movimentos geometricamente calculados.

Quando relacionamos o caráter técnico-regulador, cientificista-tecnicista, hierárquico e gerencial de princípios regulatórios que emanam da Ciência Moderna na dinâmica de investigação de fenômenos espaciais, sejam eles naturais ou sociais à realidade do planejamento do desenvolvimento regional praticado no Brasil, em especial, na região amazônica, verificamos que ambos possuem mais semelhanças do que diferenças. Aliás, podemos dizer que a postura autoritária do planejamento e do desenvolvimento regional foi quase toda apoiada na concepção de espaço regional abstrato descrito por modelos numéricos e matemáticos, vazios de conteúdos e significados.

O território de ação e controle do conhecimento científico constitui-se num processo incessante que busca desterritorializar outros territórios científicos tidos como periféricos. Da mesma forma, o território de planejamento oficial na Amazônia foi reproduzido num espaço vazio newtoniano-cartesiano como modelo abstrato a ser imposto numa base física abstrata e sem vida, um espaço matemático e geométrico.

Assim, a variável território se constitui num dos caminhos de flexibilização da razão instrumental da ciência oficial e do Planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico, pois permite compreender a cultura, a sociedade, a economia e a natureza regidas por

saberes e conhecimentos locais que orientam e dão razão ao existir material e imaterial que fogem à repetição modelística, artificial e hierárquica emanada de dinâmicas do fazer ciência e do pensar o espaço do homem edificado pelas políticas públicas regionais.

Em contextos de populações locais rotuladas, questionavelmente, de tradicionais⁶, diversos territórios se integram num processo contraditório de ratificação e retificação de ações, controle e domínio de frações territoriais construídas e afirmadas ao longo de gerações. Os territórios amazônicos se encontram em processos de construção e desconstrução, não permitindo a criação de centros de poder e nem espaços para a monocultura de saberes, hierarquizações e planejamentos burocrático-tecnocratas. Na Amazônia, todos os territórios são científicos, funcionam feitos teias que se articulam e se entrelaçam, e a natureza não é só natural, mas também social cuja interpretação é pura hermenêutica⁷ que muda a cada fração espacial.

Destacamos que no contexto do espaço regional amazônico, desde as últimas cinco décadas, a atuação produtiva capitalista baseada em grandes empreendimentos econômicos repercutiu nas sociedades, meio ambiente e espaços locais. De acordo com Becker (2015), a teoria desenvolvimentista, baseada na implantação de polos de desenvolvimento, consolida uma estrutura de produção que atende aos centros da economia capitalista.

A teoria dos polos de crescimento (Perroux) estabelece que o crescimento econômico se manifesta em polos - atividades e unidades motrizes representadas principalmente por complexos industriais -, de onde é induzido para a economia global. Constata-se, pois, que o desequilíbrio é condição concomitante e inevitável do desenvolvimento” (BECKER, 2015, p. 46).

Os efeitos sociais e ambientais danosos advindos de políticas de desenvolvimento regional, acrescidos de mudanças estruturais do sistema capitalista, a emergência de discussões ambientalistas globais e a organização social no que se refere às lutas em defesa da natureza e cidadania, repercutiram no sentido de reorientarem discursos e políticas de desenvolvimento regional brasileiros.

No Brasil, as Políticas Públicas de Planejamento Oficial Regional, implementadas a partir dos anos 1960, tiveram um caráter multifacetado, especialmente quando são destacadas as desestruturações de sociedades e meio ambiente. De acordo com Castro (2003), a formação histórica de parte dos sujeitos amazônicos esteve ligada à reprodução do modo de vida em ambientes socioculturais únicos, mas que passou a apresentar uma faceta desestabilizadora com as atuações de projetos econômicos que desestruturaram processos sociais singulares desenvolvidos secularmente.

Para as inúmeras gerações reproduzidas nos rios amazônicos, esses saberes foram elementos fundamentais para a reprodução social e cultural. O tempo social e o tempo individual estiveram sempre definidos a partir de regulações dos ciclos da natureza, tendo de se alterar com o avanço das mudanças sócio-ambientais verificadas nos últimos quarenta anos (CASTRO, 2003, p. 331).

As ações de grandes projetos expressaram políticas de integração nacional direcionadas à ocupação territorial, mas falharam nos contextos social e ambiental ao promoverem o desenvolvimento regional desigual e combinado, buscando consolidar a Divisão Nacional e Territorial do Trabalho, a destruição da natureza e o empobrecimento de populações.

6 Em geral, as populações tradicionais são formadas por agrupamentos humanos de ribeirinhos, extratores, índios, remanescentes de quilombos, coletores, entre outros, que constroem seus cotidianos, produção material e imaterial a partir do contato direto com as matas, rios e solos.

7 Para Veronese e Guareschi (2006), a hermenêutica tem a ver com a construção de sentidos, revelando-se numa técnica de interpretação de processos fenomênicos.

O “novo” Ambientalismo Planificador na Amazônia, fundado na noção de desenvolvimento sustentável, releva que o Planejamento do Desenvolvimento Regional pretende, no século XXI, ser mutável e diversificado; mas como não propõe mudanças significativas na estrutura produtiva, diferenças sociais e não relativiza a ideia de território econômico quando pensa a natureza, torna-se mutante e destruidor, intensificando a desorganização socioambiental. Planejar, para os órgãos de planejamento oficiais, tornou-se uma grande incerteza, especialmente por haver pressões de toda ordem, nacionais e internacionais, com os recursos minerais e biotecnológicos que a natureza apresenta (MIYAMOTO, 2008).

Neste sentido, apesar de buscar novos caminhos, explicações, roupagens, imagens, slogans e horizontes, o território do Ambientalismo do Planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico ainda recorre aos investimentos de grande porte, difusão de processos midiáticos e projeta as populações na economia de mercado a partir da valorização de suas potencialidades locais, buscando uma espécie de desenvolvimento endógeno, mas exogenamente orientado a ser inserido de forma periférica ao capitalismo, reproduzindo a lógica global dominante desenvolvida via grandes projetos geoeconômicos, apesar de todo o discurso ambiental em evidência.

Nascimento e Simonian (2014), ao analisarem o processo de implementação de políticas públicas voltadas ao turismo na Amazônia, destacaram que a inserção de elementos ecológicos, comunitários, locais, preservacionistas e de desenvolvimento sustentável atuaram como condicionantes do Planejamento do Desenvolvimento Regional:

...no que concerne à região Amazônica, as discussões realizadas na Eco-92 levaram ao questionamento do paradigma de desenvolvimento eminentemente deletério imposto a ela. Esta passa então de exclusivamente desenvolvimentista para o ecológico e da preservação ambiental (NASCIMENTO; SIMONIAN, 2014, p. 5).

Porém, apesar dos “ventos modernizantes” na reformulação de discursos e emergência de novos atores imbricados com a defesa do meio ambiente, o planejamento regional ainda é um enigma a ser tecido no contexto da Amazônia.

Portanto, a partir da situação de incerteza vinculada à continuidade do planejamento de desenvolvimento regional na Amazônia, pergunta-se: “como efetuar a exploração cuidadosa desse potencial sem prejuízo das necessidades das populações presentes e futuras?” (BECKER, 2015, p. 486).

DO TERRITÓRIO DO PLANEJAMENTO REGIONAL AO “TERRITÓRIO RIZOMÁTICO”

O paradigma científico baseado na formulação de procedimentos e leis matemáticas replicado exaustivamente pelas ciências sociais e naturais é marcado por fissuras, crises e questionamentos que permitem conjecturar que sua forma de operar se encontra em desgaste, abrindo espaço para especulações e eclosões de novos paradigmas que emanam de vários campos de saber (biologia, física, antropologia, matemática, sociologia, química etc.), centrados na valorização da integração entre saberes nos quais o meio ambiente e o homem se tornam protagonistas. De acordo com Santos (2010a), é possível especular a partir de referenciais teóricos e sociais a existência da crise do paradigma dominante e a abertura de uma nova fronteira paradigmática a partir do reconhecimento de novas relações científicas.

Em vez da eternidade, a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e a auto-organização; em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e a evolução; em vez da ordem, a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente (SANTOS, 2010a, p. 48).

A fronteira que se abre no arcabouço teórico e metodológico da “Ciência de Estado”, também é reconhecida por Deleuze e Guattari (1997, p. 38) quando afirmam que o novo paradigma que se anuncia é marcado pelos percursos difusos, voláteis e flexíveis que se encontram em processo de fuga da ciência oficial. A dinâmica exposta pelos autores revela processos de desterritorialização⁸ e reterritorialização⁹ da dinâmica de produção do conhecimento.

O paradigma emergente, de acordo com Petraglia (2008), é descrito detalhadamente por Edgar Moran, ao evidenciar a necessidade de pensarmos a complexidade do mundo humano, físico e biológico, além dos conceitos de ordem e desordem em todas as suas vertentes. Nesta perspectiva, a visão holística¹⁰ pode ser entendida como a leitura e entendimento da realidade por um universal, ou seja, um sistema global de saberes que forma redes de interdependências sem hierarquias, na qual cada ponto da rede representa um organismo formado por segmentos de redes articuladas, difusas e integradas. “A visão sistêmica da vida é uma visão ecológica arraigada, em última análise, na percepção espiritual. Conectividade, relacionamento e comunidade são conceitos fundamentais da ecologia” (CAPRA, LUISI, 2014, p. 10).

A nova fronteira paradigmática em ebulição é “constituída por sujeitos desestabilizadores, individuais ou coletivos, e é, ao mesmo tempo, constitutiva deles (SANTOS, 2010b, p. 64). De acordo com o mesmo autor, a ecologia de saberes afirma que o pensamento moderno é pós-abissal e não derivativo, envolve uma ruptura radical com as formas ocidentais modernas de pensamento e ação na qual a “Epistemologia do Sul” confrontaria a monocultura da ciência moderna por meio da ecologia de saberes que privilegiaria o diálogo entre saberes ocidentais e não ocidentais. Assim, a “ecologia de saberes” pode ser entendida como a busca da diversidade epistemológica do mundo e o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, da impossibilidade de uma epistemologia geral.

O pensamento complexo é tido como uma ramificação da crítica ao modelo científico monocultural, pois com a teoria quântica e microfísica há a possibilidade de compreensão de discursos a partir de pressupostos relativos e múltiplos. A fratura imposta à Ciência Moderna é discutida por Bauman (2013) quando destaca transformações relevantes que vêm ocorrendo no campo da cultura com o multiculturalismo, da arte e das tradições, fazendo com que, nos dias atuais, tornemo-nos impossibilitados de pensar um modelo de cultura rígido e que não esteja aberto à liquidez do mundo moderno. A assertiva pluricultural que questiona o padrão de homem eurocêntrico e letrado pela diversidade cultural encontra fundamento na noção de que “a linguagem técnica, inclusive o simbolismo da matemática, é em última instância uma florescência da linguagem cotidiana” (BERTALANFFY, 2015, p. 299).

8 Para os autores o território tem como fundamento a constante desterritorialização que funcionam como linhas de fuga frente a processos rígidos que buscam “congelar” o movimento.

9 A reterritorialização para os autores (DELEUZE; GUATTARI 1997) tem a ver com a construção de novos territórios erguidos a partir do questionamento da estrutura anterior.

10 De acordo com Teixeira (1996) a perspectiva holística pretende superar o reducionismo permitindo novas construções e atitudes de investigações e entendimento de fenômenos no campo social, de saúde e natureza.

As transições paradigmáticas no plano da macroeconomia e sociedade são identificadas, primeiramente, no colapso do bem estar social internacional com a superação do Welfare State, ao ceder lugar ao Estado mínimo, neoliberal e privatista no qual a produção Fordista, rígida e em massa, vem sendo superada pela flexível emanada do Toyotismo e de necessidade de flexibilização e investimentos, produção e mercados (HARVEY, 2013, p. 135).

Percebe-se, ainda, que a vertente produtiva flexível passa a exigir qualificação aos trabalhadores e implementa novas dinâmicas de trabalho com a terceirização, miniaturização e eficiência produtiva. Numa outra perspectiva, a globalização integra, mesmo que de forma marginal, pessoas e lugares, promovendo a exclusão social e fragmentação; porém, a maior parte das pessoas do planeta está fora da onda de consumo e os espaços são integrados à economia-mundo de forma diferenciada dependendo da concentração de empresas, de densidades técnico-produtivas, redes de comércio e de comunicações.

Vivemos a era das revoluções da informática, comunicações, informações, tecnologias e mídias, mas o mundo passa por uma desordem e crise humanitárias. Apesar do caos, criaram-se referenciais para a promoção da qualidade de vida e economia, um deles é o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é uma nova roupagem do desenvolvimento e do lucro a qualquer custo. Forjado no pós-1945, é a grande referência para o Planejamento do Desenvolvimento Regional, especialmente no Trópico Úmido. Contudo, a tríade sociedade-natureza-economia não foi feita para abalar e superar vários dos fundamentos do capitalismo, tais como o consumismo, a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

As conferências ambientais globais, dentre elas a de Estocolmo na Suécia, em 1972, e a do Rio-1992, com o lançamento do conceito de desenvolvimento sustentável, desenvolveram a noção de economia em harmonia com as sociedades e natureza e ratificaram protocolos e intenções, mas não criticaram o “paradigma teórico dominante baseado num sistema único de conhecimento” (BANERJEE, 2006, p. 78).

A partir do desenvolvimento sustentável, buscou-se cada vez mais mitigar, em escala global, a deterioração socioambiental. Receitas ecológicas propuseram créditos, selos e economias verdes, de carbono, de biomassa, entre outros. Uma infinidade de modelos tem orientado o Desenvolvimento Regional, mas mostraram-se inertes, importados e estéreis, especialmente quando são observadas as décadas do planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico. A tese do Estado mínimo, a partir da redução de gastos públicos, com a modernização e a eficiência gerencial, representaria o mais recente papel do Estado no contexto da economia e do planejamento regional (CASTRO, 2003, p. 12).

A partir da perspectiva da existência da crise do modelo científico, técnico-burocrático dominante no fazer ciência e na planificação regional, entendemos que no contexto do desenvolvimento amazônico a ideia de território deva adquirir um sentido holístico, integrado¹¹ e rizomático. Tentar explicar as diferentes realidades existentes na região e buscar promover o crescimento econômico em diferentes localidades, a partir da matriz hegemonicamente econômica, constitui-se num grave erro de planejamento, administração e desconhecimento da sociobiodiversidade regional.

11 Segundo Costa (2011), o território na perspectiva integrada tem a ver com a noção de existência, numa mesma área territorial, de múltiplos territórios de perspectiva natural, cultural, econômica e política.

O planejamento regional pode ter referência no que denominamos metaforicamente de “território-rizoma”, que é expresso pelo processo cartográfico que considera, primeiramente, as relações espaciais tecidas entre os sujeitos e a natureza, além de pretender compreender as relações espaciais existentes entre as endogeneidades e exogeneidades a partir de suas contradições.

O “território-rizomático” é originário da noção de um espaço como produto de relações historicamente construídas, cujas formas espaciais são inerentes ao movimento da sociedade e de suas contradições. O “território-rizomático” considera o constante por vir uma incerteza; extrair incertezas é próprio do movimento do rizoma deleuze-guattariano, pois prima pela dinâmica do movimento de desterritorialização do modelo científico ocidental, criando um movimento que nunca cessa e que se revela nos restos, sobras, vestígios, indícios, sintomas, sinais, pistas, problematizações, magia, encanto, renovação, resgate do som, cor, cheiro e percepção de fenômenos. O movimento do “território-rizoma” é incerto, não repetitivo, turbilhonar e liso, sem referências a modelos. Tudo é criação.

O planejamento regional deve ser flexível, conectado às demandas locais, ser utópico e subversivo, com força propulsora, endogenamente construído, erigido pelas memórias e lutas sociais, pela dialética que emana da produção social do espaço regional, da história de sujeitos e grupos que habitam a região, como processo que leve à criação de novas perspectivas de desenvolvimento inerentes às singularidades e especificidades da região. O território do desenvolvimento regional deve suprimir a reprodução de modelos e promover o desenvolvimento de acordo com as potencialidades econômicas, sociais e naturais que, no contexto amazônico, se diversificam a cada fração de áreas.

Assim, é importante ao Planejamento do Desenvolvimento Regional mesclar economia-território, cultura-técnica e meio físico, para não desestabilizar, abruptamente, sociedades e meio ambientes que apresentem dinâmicas próprias. Quando o planejamento econômico atua na geometrização de linhas e abstrações de espaços físicos na Amazônia, suas ações demonstram ser inócuas, estéreis, ineficazes, inúteis e indevidas. O “território-rizoma” possui a variável da animação do mundo como um de seus fundamentos. A animação foi excluída pela ciência oficial que concebeu realidades sem cheiro, cor e sentidos. Nenhum território é criado sem a variável sonora, de cor, sabor, percepção e hermenêutica. Imaginemos um mundo sem sons, ruídos, representações de paisagens e barulhos. Não há território sem estar referenciado e legitimado com a animação inerente ao meio físico.

Os territórios integrados ou rizomáticos representam subjetividades, saberes socioambientais, histórias, memórias, desejos, sonhos, vontades, cultura, pensamentos, tradições, traduções, religiões, afetividades, ancestralidades, emoções e interações, lutas de classes e contradições espaciais, todos legitimados e continuados coletivamente, e efetivados a partir de teias forjadas com os espaços físicos.

O “território-rizoma”, ao ser associado ao mundo em movimento de partículas e átomos, dissoluções, reconstruções, repetições, significados e projeções a partir da base física e de princípios físicos quânticos e sistêmicos, descritos detalhadamente por Capra e Luisi (2014), constitui-se na necessidade de repensar os padrões científicos de investigação fenomênica a partir da relativização de procedimentos vinculados a medições e mapeamentos.

Na Amazônia, o homem precisa ser pensado para além do viés produtivo, de trabalho, de economia e de racionalidade produtiva capitalista. O homem só é homem porque a natureza é natural e artificial, cuja base de existência é o solo e o meio socionatural. Para Ingold (2015),

o homem só é homem porque produz cultura, afeto e economia, sendo que tudo está amarrado a espaços físicos nos quais vive pela experimentação e reprodução da vida. Na Amazônia, o que determina a edificação de “territórios-rizomas” é o processo socioespacial constante que atua na percepção de frações espaciais, relações de apropriação, pertencimento, vivência, memória, história, arte, produção e confronto frente à colonização capitalista. “Territórios-rizomas” são cartografias de fluxos e movimentos realizados em espaços cuja essência supera a noção de que sua base “não é uma rede de conexões ponto a ponto, mas uma malha emaranhada de fios entrelaçados e complexamente atados” (INGOLD, 2015, p. 224).

Na Amazônia, tudo é fluxo e movimento. O espaço fixo, frio, a ser preenchido e congelado pela ciência oficial, deve ser cruzado de maneira animada. No contexto local comunitário das “amazônias”, a natureza é explicada para além da observação e leitura de elementos do ambiente (pedra, água, solo, árvores, animais etc.). A natureza em comunidades amazônicas é o “território-rizoma”, ou seja, é sempre social, impregnada por histórias e lutas de classes, de substâncias e processos imateriais que edificam culturas e identidades.

Portanto, cabe ao Planejamento do Desenvolvimento Regional flexibilizar a noção de território como um conjunto de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento econômico de espaços abstratos e sem vida. Não há espaço na Amazônia para representações cartesianas, não hermenêuticas e fragmentárias da realidade, posto que em comunidades locais há a integração entre sujeitos e natureza, sendo esta relação edificada de forma holística, em teias e rizomas que dão sentido à existência de diversas realidades.

NOVAS TENDÊNCIAS DO PLANEJAMENTO REGIONAL NO CONTEXTO DA ECONOMIA COMUNITÁRIA

Em contextos de populações locais amazônicas, o planejamento do desenvolvimento regional deve considerar o território ao implementar projetos econômicos em pequena escala. Em comunidades amazônicas, há um conjunto de práticas socioeducativas e culturais que circulam e são legitimadas pelas comunidades cujas representações expressam processos ancestrais e afirmativos de identidades e são edificados a partir observação e interação com a natureza. Diferentemente da noção globalmente dominante que define a natureza enquanto reserva de recursos naturais, os povoados amazônicos, de modo geral, concebem a natureza de forma múltipla e diversa, como espaços físicos configurados como a extensão de suas vidas, o caminho para produção de cultura e socialização comunitária.

Para Leff (2009), o saber observar a natureza expressa um valor social relevante e representa a acumulação de saberes ambientais necessários para a socialização em comunidades, retratando uma pedagogia do ambiente construída a partir do desenvolvimento de práticas concretas no meio onde os sujeitos reproduzem seus cotidianos. Em comunidades amazônicas, são desenvolvidas formas de linguagens cujas semânticas se pautam na leitura e compreensão de elementos espaciais que funcionam feito uma “cartografia de leitura ambiental”, marcada pela existência de linhas, pontos e nós que se articulam e se interceptam, cuja dinâmica de integração de conhecimento, conforme Ingold, é reveladora de ligações diversificadas de sujeitos com os habitats onde vivem, pois “cada relação – no espaço fluido é um caminho de fluxo, como o leito do rio ou as veias e vasos capilares do

corpo. Como a imagem sanguínea sugere, o organismo vivo não é apenas um, mas um feixe inteiro de tais linhas” (INGOLD, 2015, p. 141).

Os saberes sobre a sociobiodiversidade revelam uma cartografia de indícios socioambientais. Plantar, caçar, coletar, colher, pescar e queimar representam práticas sociais fundadas na observação de ciclos da Lua, identificação de tipos de solos e reconhecimento de procedimentos que garantam a sobrevivência. No planejamento do desenvolvimento socioambiental, forjar técnicas de cultivos e usos de solos, águas e florestas em ambientes projetados em escritórios, representa “virtualizar realidades” que nunca serão efetivadas, uma mera abstração da técnica e da burocracia.

Ressalta-se que populações amazônicas criam e recriam saberes ambientais cujas metodologias de aprendizagem são referenciadas no que denominamos metaforicamente de “pedagogia cartográfica do ambiente” ou do “território-rizoma”, por basearem-se em mapeamentos por meio de registros variados de transmissão de conhecimentos, que na perspectiva de Giard (2011) representam memórias e expressões artísticas vinculadas à arte de cozinhar, experimentar, andar, talhar, praticar e socializar comunitariamente no e pelo meio físico de vivência.

Reforçamos que urge ao planejamento regional a revalorização da etnia, do lugar, de endogeneidades sociais e de localidades, visto que a metodologia da técnica produtiva é fundamentada na administração burocrática e no neutralismo e cientificismo da Ciência Moderna, e não tem atuado em transformações sociais e ambientais relevantes na Amazônia.

De acordo com Petraglia (2006, p.18), resta-nos a inovação e subversão ao modelo imposto pela economia do desenvolvimento regional a ser reformulado pelo aproveitamento democrático de espaços e recursos naturais que obedeçam as dinâmicas sociais, culturais e econômicas inscritas em diferentes espacialidades e centradas na promoção do desenvolvimento social, aliado ao uso da natureza de forma integrada pela definição de planos de metas e planejamento de ações, de articulação entre conhecimento científico e tradicional e participação de comunidades locais na gestão e uso de recursos naturais. Para McGrath et. al. (2008), o manejo integrado comunitário tem relação com a gestão de um território por parte de sujeitos locais que seguem normas, regras e procedimentos produtivos definidos pela comunidade.

O planejamento comunitário local e integrado é mais adequado à realidade de pequenas comunidades e representa um filamento, uma fronteira e um desafio a ser trilhado, sendo considerado como uma semente que germina sem seguir hierarquias em suas etapas, multiplicando-se a todo instante, sem objetivar ser modelo enrijecido, estanque, para que não interrompa o processo que é típico do “território-rizoma”, sendo fronteira constantemente móvel e questionável, posicionando-se de forma contrária ao paradigma da ciência enquanto máquina matemática e instrumental que atua na produção de conhecimento, mas visa fortalecer o paradigma de desenvolvimento que envolve a perspectiva orgânica, quântica e contraditória inscrita em relações tecidas entre sociedade e natureza.

O planejamento regional também pode ter por fundamento o que Ginzburg (1989) descreveu como a articulação entre saberes, posto que acreditava que os vários ramos de conhecimentos se entrelaçavam, sem hierarquias e privilégios, rompendo com a não visibilidade proposital imposta pela ciência moderna às demais expressões de saberes e

representando o tapete que integraria os pensamentos semiótico¹², divinatório¹³, indiciário¹⁴ e venatório¹⁵ centrados num modelo epistemológico comum, pois:

Podemos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegamos a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções (GINZBURG, 1989, p. 170).

Neste sentido, os fios de tapete poderiam ser comparados, metaforicamente, às raízes de uma planta, em que cada filamento da raiz estaria integrado, articulado e não pararia de crescer e se multiplicar. A integração entre saberes também é discutida por Deleuze e Guattari (1995), ao definirem a cartografia como processo de mapeamento de fenômenos e processos sociais a partir de registros de pistas e multiplicidades, heterogeneidades e recusa a adoção de modelos ou parâmetros rígidos de análise de fenômenos.

O rizoma de Deleuze e Guattari pode ser comparado à noção de tapete definido por Ginzburg (1989), em que os vários saberes como a arte, a filosofia, a ciência dominante, a religião, o senso comum e os conhecimentos populares estariam integrados. Assim, quando relacionamos o paradigma indiciário de Ginzburg e o rizoma deleuze-guattariano às realidades comunitárias amazônicas, conjecturamos que os sujeitos criam “territórios-rizomas” e “tapetes” e misturam as ciências em seus cotidianos de forma não hierárquica, racional, respeitosa e harmônica. Marin (2010) aponta para a importância do reconhecimento de conhecimentos tradicionais, de valorização de saberes socioambientais criados e difundidos pelos povos amazônicos.

Portanto, os saberes e fazeres erguidos na Amazônia, decorrentes da apropriação e usos de espaços físicos, funcionam feito raízes que nunca param de crescer e se multiplicar, sem seguir direções fixas, mesclando, fundindo e integrando técnicas produtivas e socializações comunitárias que o planejamento de desenvolvimento regional deveria observar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Planejar representa considerar saberes científicos, indiciários, tradicionais, religiosos, míticos, filosóficos, artísticos, técnicos, sensíveis e não científicos. Pressupõe a compreensão de que existem tapetes e teias de conhecimentos que funcionam em fluxos constantes, não se congelam, muito menos endurecem ou enrijecem, tampouco param o movimento social e natural que são inerentes a ações de sujeitos com os meios físicos onde vivem.

12 De acordo Monteiro (2006) o pensamento semiótico tem relação com a criação discursiva inscrita em conhecimentos ou informações que podem levar a outro estado, não necessariamente novo, da ordem discursiva.

13 Segundo Haubert e Prellwitz (2018), é a capacidade de o intérprete adivinhar, reconstruindo situações associadas ao uso da interpretação, imaginação, motivações e controvérsias em situações dadas, que resulta na produção de consciência pelo questionamento de situações dadas.

14 Segundo Ginzburg (1989), o paradigma indiciário estaria vinculado à integração de saberes e conhecimentos e à realização investigativa, a partir de pequenas narrativas, restos, vestígios, sintomas e sinais, ou seja, a partir de situações e processos que, de modo geral, são tidos como insignificantes na análise fenomênica.

15 Segundo Rodrigues (2005), o paradigma venatório está relacionado ao conjunto de experiências práticas ligadas ao universo de caça de animais, sendo expresso por saberes e fazeres que orientam a identificação, registros e captura de animais por marcas deixadas por eles no ambiente.

O desenvolvimento regional deve ser endógeno, mas articulado com as exogeneidades, além de ser paradigmático, mas não dominante, para não se impor como modelo, abstração ou técnica. De acordo com Espada (2018, p. 11), o planejamento na Amazônia deve ser adaptado a diferentes espacialidades e realidades, variando entre o simples, tradicional e moderno, dependendo, é claro, de condicionantes sociais, culturais e naturais em que for construído e sempre expressar um conjunto organizado de processos contraditórios, considerando a organização comunitária e geração de renda local. A técnica, quando pretende ser dura, torna-se regrativa, edificando uma metodologia similar à imposta pela ciência abissal, pois aprofunda as desigualdades sociais e de conhecimentos entre as localidades.

O saber ambiental é produção material e cultural, deriva de relações tecidas com os territórios e falas dos sujeitos. O manejo é, antes de tudo, um manejo para afirmação da existência. O tecnicismo não é existência, é economia pura, mera abstração modelística. O crescimento socioeconômico local deve ser pensado a partir de usos de meios físicos enquanto natureza animada e inanimada. As cartografias de identidades, de elementos naturais e da cultura são relevantes. O espaço local, não pode ser espaço abstrato. É existência e essência. Agrupa ciências do lugar, de elementos naturais e dinâmicas naturais.

O planejamento do desenvolvimento regional não pode conter os fluxos de reforma agrária, de luta de classes, de defesa do meio ambiente, da democratização de uso da terra, de defesa da dignidade humana, tampouco buscar delimitar movimentos, espaços, processos e saberes culturais de populações que constroem suas vidas a partir de experimentações de matas, rios e solos. De acordo com Leff (2009), as transformações paradigmáticas no campo ambiental não estão limitadas à construção de modelos novos de planejamento regional, mas apresentam a faceta de lutas de movimentos sociais e a busca pela cidadania, direito à terra e de desenvolvimento endógeno fundado em bases comunitárias sustentáveis, que são bastante antigas.

Em territórios de populações amazônicas, tudo é fluxo e “território-rizoma”, resultando e dando sentido ao movimento, explosão, erosão, teias, singularidades e pistas. O movimento é turbilhonar, disforme, complexo, holístico e fragmentário. Não há monocultura do saber. Saberes múltiplos sobre o meio físico eclodem, pulverizam as técnicas oficiais, cultivam e irrigam as culturas locais.

Assim, acreditamos que o manejo comunitário é um dos caminhos de desenvolvimento regional, desde que considere as peculiaridades de territórios, lugares e saberes ancestrais vinculados a espaços físicos que edificam culturas e cotidianos de populações tradicionais e locais na Amazônia.

Por fim, entendemos que os grandes projetos implementados na Amazônia não podem ser tidos como modelo de desenvolvimento regional direcionados a pequenas comunidades. Contudo, mesmo em escala pequena, o Planejamento Regional Amazônico ainda reproduz modelos importados de desenvolvimento de outros centros. Frequentemente, os projetos agroextrativistas, de assentamento rural, de base comunitária etc. consideram o espaço como espaço vazio destinado ao planejamento do desenvolvimento regional para realidades projetadas, mas cujos resultados são insignificantes. Neste sentido, o planejamento do desenvolvimento regional amazônico deve considerar o “território-rizoma” e a dinâmica interna de localidades para que se evite separar o todo das partes e as partes do todo, sem segregar e nem replicar realidades forjadas por conjecturações cujas abstrações evidenciem as facetas perversas e desastrosas do planejamento do desenvolvimento regional tecnicista e burocrático expresso pelo “território da ciência ocidental dominante”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANERJEE, Subhabrata Bobby. *Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza*. Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, 2006. 245p.

BAUMAN, Zygmunt. *A Cultura no Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BECKER, Bertha K. *As Amazônias de Bertha K. Becker: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2015.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. São Paulo: Ed. Cultrix. 2006.

CAPRA, Fritjof; LUISI, Pier Luigi. *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Tradução Mayra Teruya Eichenberg, Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 2014. p. 45-46.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. COELHO, Maria Célia Nunes et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP: UFPA/NAEA, p. 7-32, 2001.

CASTRO, Edna. *Geopolítica da água e novos dilemas a propósito da Amazônia e seus recursos naturais*. Problemática do uso local e global da água da Amazônia. Belém: NAEA, p. 504, 2003.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995.

DINIZ, Francisco P. S. *Relações entre Práticas Educativas, Saber Ambiental-Territorial Ribeirinho e o Desenvolvimento Local*. 2012. 185 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. Belém. Disponível em: http://ccse.uepa.br/ppged/wp-content/uploads/dissertacoes/06/francisco_perptuo_santos_diniz.pdf. Acesso em: ago. 2019.

ESPADA, Ana Luiza Violato et al. Manejo Florestal Comunitário Em Parceria Na Amazônia Brasileira: O Caso da Flona do Tapajós. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 14, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3472/644>. Acesso em: ago: 2018.

GIARD, Luce. Sequência de Gestos. In MAYOL, Pierre (org.). *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAUBERT, Laura E.; PRELLWITZ, Klaus P. Apontamentos sobre a hermenêutica de Friedrich Schleiermacher. *ConTextura*, Belo Horizonte, 13, dez. de 2018, p. 39-48. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br>. Acesso em: ago. 2019.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Petrópolis, RJ: Edições Loyola Jesuítas, 2008.

INGOLD, Tim. *Estar Vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Tradução de Fábio Creder – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LEFF, Enrique. *Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental*. Tradução de Jorge E. Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo et al. “A Ciência da andiroba”: falas sobre as técnicas por coletores e os avessos do uso econômico da biodiversidade. Conhecimentos tradicionais e territoriais na Pan-Amazônia, 2010, p. 98-108. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/421>. Acesso em: out. 2016.

MCGRATH, David et al. Manejo Comunitário de Lagos de Várzeas e o Desenvolvimento sustentável da Pesca na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, v. 1, n. 2, 2008. p. 1-23 Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4/1>. Acesso em: ago. 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. Amazônia, política e defesa. Relações internacionais e defesa na Amazônia. (p. 65-95) In: NASCIMENTO, Durbens M. (org.) *Relações Internacionais e Defesa da Amazônia* – Belém, PA, 2007.

MONTEIRO, Silvana Drumond. Semiótica peirciana e a questão da informação e do conhecimento 10.5007/1518-2924.2006 v11nesp3p43. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 11, n. 2, p. 43-57, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/369/433>. Acesso em: ago. 2019.

NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros; SIMONIAN, Ligia Terezinha Lopes. A política de ecoturismo no Polo Belém/Costa Atlântica (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, v. 7, n. 3, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6398>. Acesso em ago. 2016.

PETRAGLLA, Izabel. *Edgar Morin: A Educação e a Complexidade do Ser e do Saber*. Petrópolis: Vozes, 2008

QUEIROZ, Helder L.; PERALTA, Nelissa. *Reserva de Desenvolvimento Sustentável: Manejo integrado dos recursos naturais e gestão participativa*. Dimensões humanas da biodiversidade, p. 447-476, 2006. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/4225071/DimensoesHumanasBiodiversidade.pdf>. Acesso em ago. 2019.

RODRIGUES, Márcia B. F. *Razão e sensibilidade: reflexões em torno do paradigma indiciário*. Dimensões, n. 17, 2005. Disponível em: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/dimensoes/article/download/2431/1927>. Acesso em: ago. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da Experiência*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. São Paulo: Cortez, 2010a.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (Org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010b (p.31 a 83).

SOUZA, Marcelo Lopes de. SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 353, p. 77-116, 2009.

TEIXEIRA, E. Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde. *Rev. Esc. Enf. USP*, v. 30, n.2, p. 286-90, ago. 1996. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3371/1/Artigo_ReflexoesParadigmaHolistico.pdf. Acesso em set 2019.

VERONESE, Marília Veríssimo; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. *Hermenêutica de Profundidade na pesquisa social*. Ciências Sociais Unisinos, v. 42, n. 2, p. 85-93, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93842201.pdf> Acesso em: ago. 2019.

VON BERTALANFFY, Ludwig. *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.